

II. Evolução recente da economia nacional

Produção: Actividade Económica

No âmbito da prossecução do objectivo definido no Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), de transformar o País numa economia de rendimento médio superior com uma população educada, saudável e segura até 2030, o Governo tem vindo a reforçar o nível de despesa pública nos últimos anos, tendo a economia doméstica crescido 9,2% ao ano, entre 2008 e 2013.

A Direcção-Geral de Estatística (DGE) publicou, em 2015, as Contas Nacionais de Timor-Leste de 2013, onde apurou uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto não-petrolífero (PIB) de 2.8% para o ano de 2013, substancialmente inferior ao ritmo de crescimento dos anos anteriores, (<http://www.statistics.gov.tl/timor-leste-nacional-account-2000-2013/>).

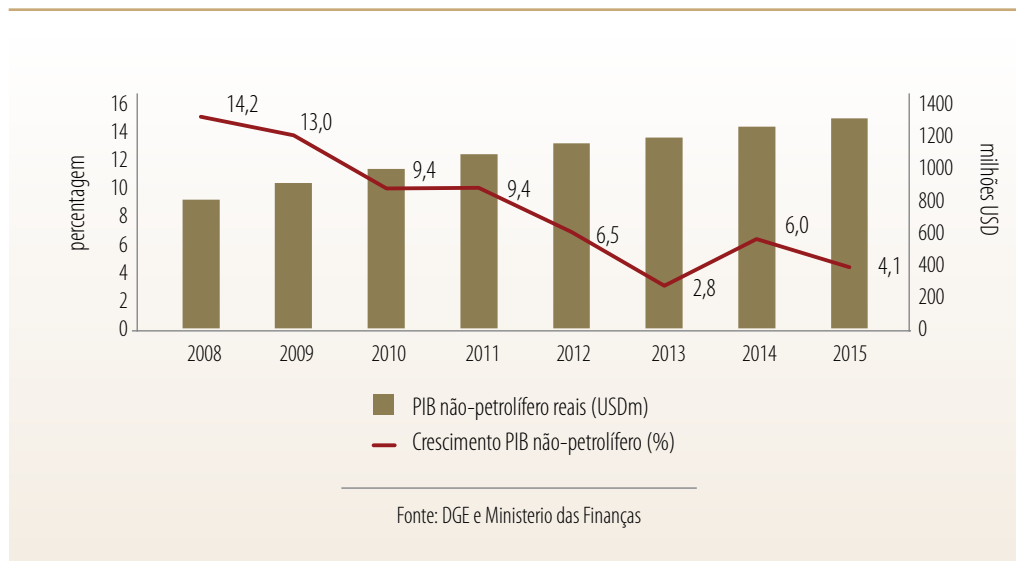
O Governo, na sua proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2016, prevê ainda uma aceleração do crescimento do PIB para 2014 de 6%, e um novo abrandamento, para 4.1%, em 2015 (OGE16 - Livro 1, pg. 17).

A economia nacional cresceu, em média por ano, de 9,2% entre 2008 e 2013.

A DNE calculou, em 2015, um crescimento do PIB de 2.8% para 2013.

O Governo, estima, no OGE 2016, uma taxa de crescimento de 6% e 4.1% para 2014 e 2015

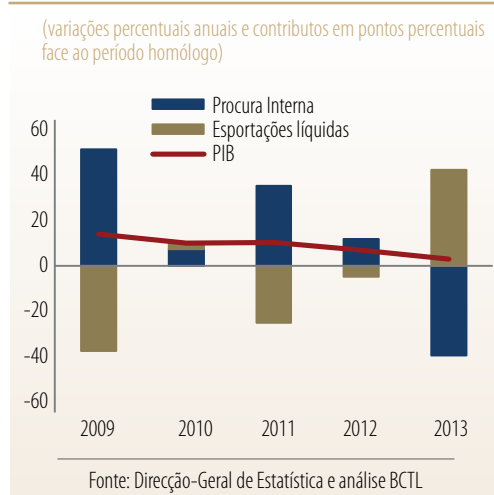
► **Figura 1.** PIB Nao-Petrolifero reais, actuais 2008 - 2013 e Projeções



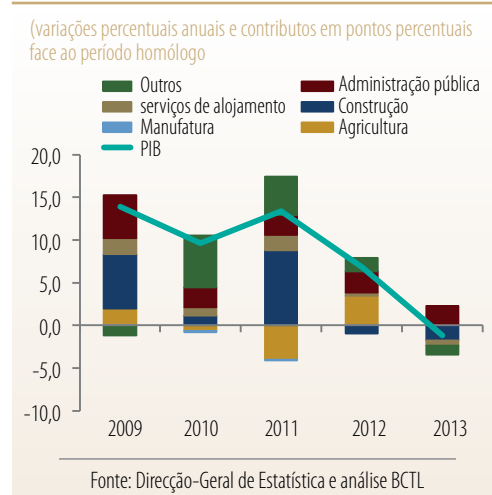
.... mas a balança corrente excluindo o FP e receitas petrolíferas, continua a ser deficitária.

Os contributos para o crescimento do PIB de Timor-Leste, na óptica da despesa, podem ser observados em baixo. A procura interna registou uma queda significativa em 2013, resultando na referida diminuição do crescimento do PIB no período. A queda da procura interna foi principalmente devida à descida do consumo e investimento públicos, que registaram reduções de 25% e 31%, respectivamente.

► **Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da despesa**



► **Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da produção**



O setor da agricultura ainda representa um peso importante na economia, mas, pela negativa, o seu crescimento tem sido bastante fraco.

Na óptica da produção, a economia doméstica continua a ser dominada pelos sectores da administração pública e da construção civil, esta sobretudo voltada para o sector público. No entanto, nos últimos dois anos o sector da construção registou uma contribuição negativa, resultante do abrandamento da despesa de investimento público. Por seu lado, a agricultura, apesar de ainda ser um sector importante na economia, continuou a ver reduzido o seu peso para 17% do PIB em 2013, quando, em 2006, representava 31.5%. Note-se, assim, que o sector agrícola não conseguiu acompanhar o ritmo de crescimento da economia na última década. Pela negativa, a agricultura e a indústria que são sectores fundamentais na criação de emprego e elevação da produção nacional, têm registado, em geral, uma evolução bastante anémica ao longo da última década, não tendo beneficiado da elevação substancial do nível de despesa publica.

O BCTL desenvolveu um indicador de actividade económica para obter estimativas mais atempadas do crescimento do PIB....

Dado o elevado desfasamento na publicação das Contas Nacionais, o BCTL desenvolveu um indicador em tempo-real que permite obter estimativas mais actuais do crescimento económico, fundamentais para compreender a evolução de outros agregados económicos, como a inflação, e, eventualmente, sustentar quantitativamente a discussão e a tomada de decisões de política económica. Este indicador utiliza dados de frequência mensal e trimestral para avaliar a tendência do crescimento na nossa economia, incluindo nove variáveis consideradas bons indicadores do ciclo económico.

► Subcomponentes do Indicador de Actividade Económica do BCTL

	Sectores	Subcomponentes
1	Importações	Materiais de Construção Combustíveis
2	Despesa Publica	Capita; de Desenvolvimento Total Despesa
3	Receita Publica	Impostos s/ Rendimento Total Impostos
4	Financeiro	Depositos Particulares Credito Total Transferencias Liquidadas p/ Estrangero

Fonte: BCTL

De acordo com o indicador de actividade do BCTL, a economia doméstica voltou a desacelerar em 2015, com o crescimento anual a cair para os 4.4% em 2015, dos 7% registados em 2014. No seu conjunto, o crescimento médio anual entre 2013 e 2015, avaliado em 3.9%, é significativamente inferior à media dos 5 anos anteriores, de 2008 a 2012, de 9.5%, o que traduz um claro abrandamento do nível de crescimento económico. Este abrandamento resulta fundamentalmente da redução do ritmo de expansão da procura agregada directamente causada pela diminuição do ritmo de crescimento percentual da despesa pública nacional.

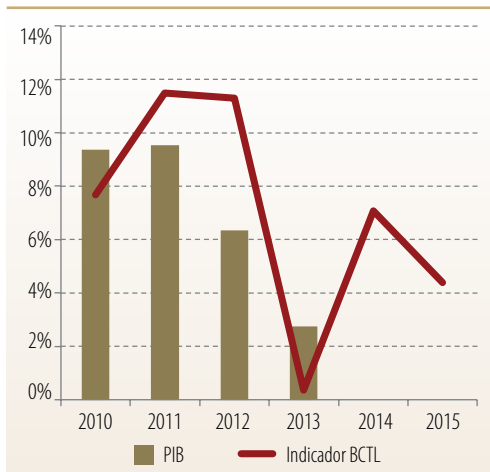
Em baixo, do lado direito, apresentamos ainda um indicador desenvolvido pelo BCTL, que nos permite estimar o crescimento económico numa base sectorial, para os anos em que não existem ainda dados para as contas nacionais.

Este indicador de produção, depois de agregados os crescimentos dos vários sectores, permite obter uma estimativa complementar do nível de crescimento do PIB. Conforme se pode constatar, 2014 foi marcado pelo aceleramento do crescimento em praticamente todos os sectores face a 2013, mas em 2015, assistiu-se a um novo abrandamento da economia. Interessantemente, a estimativa de crescimento utilizando este indicador de produção é de 2.5% para 2015, mais fraca, ou cerca de metade do estimado pelo indicador de actividade do BCTL, que é mais influenciado por indicadores relativos à despesa agregada.

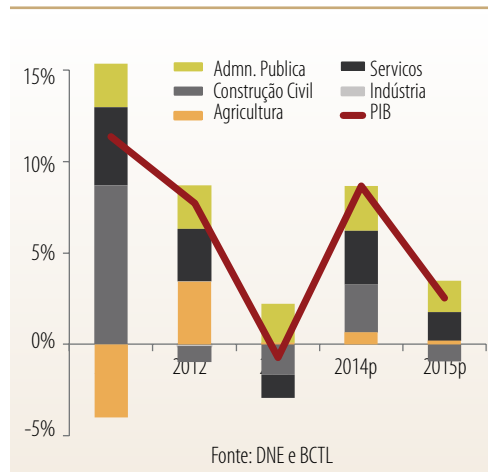
.... que registou uma recuperação robusta do crescimento em 2014 para 7%, mas um novo abrandamento em 2015 (3.9%).

O BCTL desenvolveu ainda um indicador da produção, numa base sectorial, que também evidencia o abrandamento da economia entre 2013 e 2015, quando comparado com o período de 2008 a 2012.

► Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da despesa



► Crescimento do PIB real e as suas composições; optica da produção



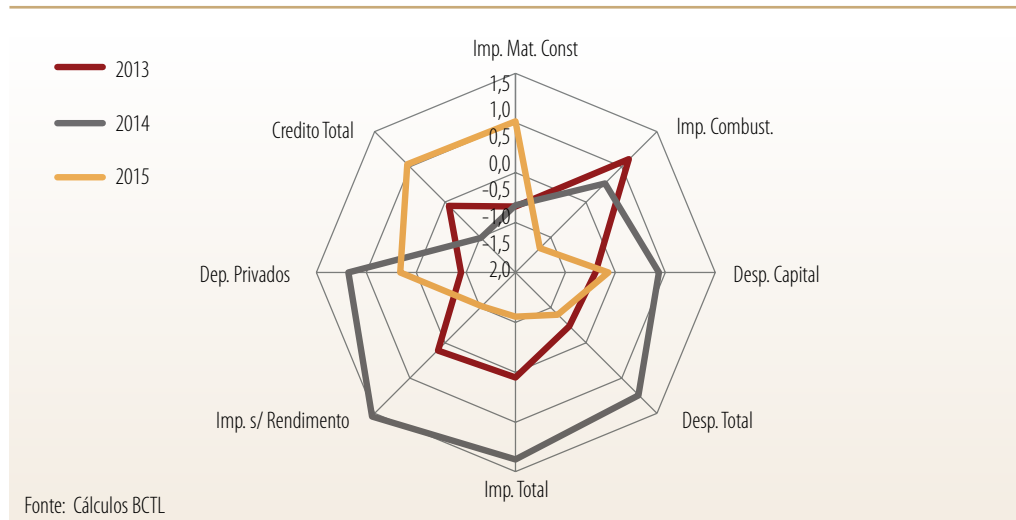
Fonte: DNE e BCTL

Numa perspectiva temporal mais longa, vale a pena salientar que o crescimento substancial da economia nacional nos últimos 8 anos, assentou, sobretudo, na expansão dos sectores da construção civil, serviços e administração pública. Pelo contrário, a contribuição da agricultura e indústria, sectores fundamentais para um processo de crescimento sustentado, tem sido relativamente marginal, resultando na perda de expressão destes sectores no conjunto da produção nacional.

No sentido de complementar esta análise sintética dos indicadores, o gráfico em baixo apresenta a evolução anual de 8 subcomponentes incluídos no indicador de actividade do BCTL. Estes indicadores cobrem áreas fundamentais da nossa economia e encontram-se disponíveis numa base mensal, pelo que nos permitem medir, em tempo real, a evolução de cada um dos sectores. O gráfico em baixo apresenta a variação anual em milhões de dólares de cada indicador para os anos de 2013, 2014 e 2015.

► Evolução dos Vários Sectores – variações anuais reais - absolutas em “zscore”

... enquanto que os sectores agrícola e industrial registaram taxas de crescimento anémicas.



Preferimos apresentar estes dados na sua versão ‘normalizada’, para facilitar a sua comparação conjunta, uma vez que as séries apresentam níveis, médias e oscilações bastante diferentes. Este gráfico permite-nos identificar os sectores que se apresentaram mais ou menos robustos, face aos anos anteriores. É de notar que, quanto maior for a classificação de cada série no eixo de referência, melhor a performance do indicador no respectivo ano. Por exemplo, de acordo com o gráfico, no ano de 2015, as importações de materiais de construção registaram um aumento anual de 0.5, face aos -1.2 de 2014 e 2013. Quer isto dizer que este indicador individual registou uma recuperação substancial em 2015, face aos anos anteriores.

Depois de apresentado o gráfico e medidas, será importante salientar que o abrandamento económico de 2015, face a 2014, é evidente neste gráfico. Note-se como 6 dos 8 indicadores são inferiores em 2015, face a 2014. Contudo, em 2015, o ritmo de expansão do crédito doméstico e das importações de materiais de construção foi superior a 2014.

Preços e inflação

Durante os últimos dois anos, a taxa de inflação doméstica, calculada com base no índice de preços ao consumidor (IPC) pela DGE, tem sempre mantido um nível baixo, inferior a 1%, registando, em dezembro de 2015, uma taxa anual negativa de 0,7%. Em termos de médias anuais, os dados do IPC de Díli revelam que a taxa de inflação anual se manteve em 0,5% e 0,4% , em 2014 e 2015, respectivamente.

No final de 2015, a taxa de inflação homologa anual foi negativa, avaliada em -0,7%....

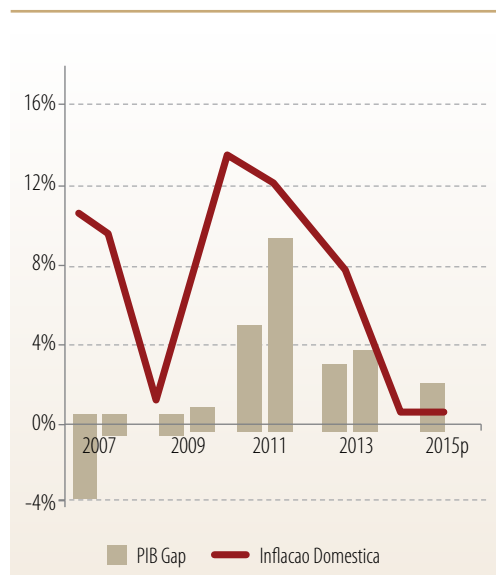
TL: Índice de Preços no Consumidor (IPC) Díli 1014-15, (2012=100)														
Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média IPC	Taxas
Índice 2015	104.6	104.6	104.7	104.6	104.5	104.5	104.4	104.2	104.1	104.0	103.6	103.2	104.3	
Taxa mensal	0.5	0.0	0.1	-0.1	-0.1	0.0	-0.1	-0.2	-0.1	-0.1	-0.4	-0.4		
Taxa homólogo	0.5	0.5	0.5	0.3	1.0	1.2	0.9	0.6	0.4	0.4	-0.1	-0.7		-0.7
Taxa média														0.4

Fonte: Direção Geral de Estatística

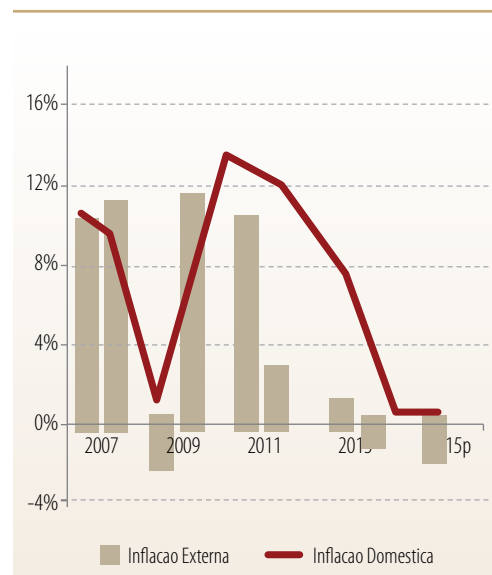
De acordo com o modelo utilizado pelo BCTL, o abrandamento significativo da inflação a partir do final de 2013 e até 2015 deveu-se, maioritariamente, à descida substancial da inflação externa nos últimos anos face à média da última década, decorrente da apreciação do dólar face às moedas dos parceiros e da descida substancial dos preços internacionais das “commodities. A depreciação das divisas regionais resultou, assim, na diminuição do preço dos bens e serviços importados dos principais parceiros comerciais do nosso país. Este efeito foi ainda reforçado pelo abrandamento do ritmo de crescimento económico nacional nos últimos 3 anos (2013 a 2015), quando comparadas com elevadíssimo crescimento verificado entre 2008 e 2013.

.... devido à prolongada descida dos níveis de inflação externa, e do abrandamento da economia nacional nos últimos 3 anos.

► Inflação IPC Díli vs 'PIB Gap' - %



► Inflação IPC Díli vs. Inflação Externa - % Ano



A descida da inflação deve continuar a beneficiar a economia nacional.

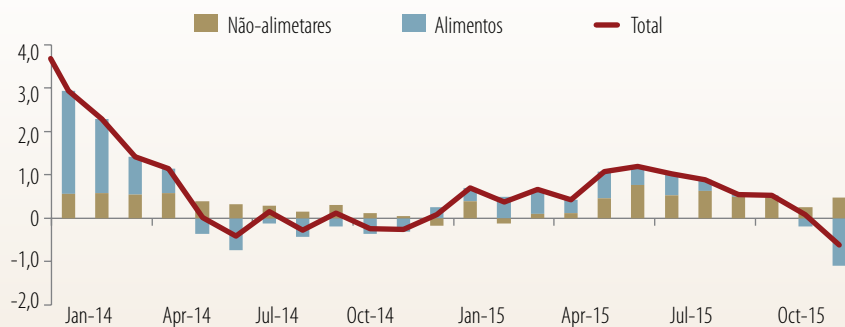
Estes 2 gráficos demonstram a relação dos 2 factores explicativos do nosso modelo com a taxa de inflação total anual, apurada com base nos dados do IPC de Díli. Conforme se pode constatar, ambas as variáveis apresentam uma correlação contemporânea razoável com a inflação doméstica, ainda que se possam também observar alguns desfasamentos temporais nestas relações estatísticas.

A redução substancial do nível de inflação é, por nós, vista como um desenvolvimento benéfico para a economia e consumidores nacionais, uma vez que permite reduzir as pressões presentes na última década no país, designadamente as consequências económicas e sociais de elevados níveis de inflação, incluindo o agravamento dos níveis de desigualdade social e da pobreza.

Contudo, o apuramento de taxas de inflação negativas em 2015 poderá suscitar alguns receios relativamente à materialização de um cenário de deflação prolongada na nossa economia, que em geral tende a deprimir os níveis de crescimento e a dificultar os mecanismos de ajustamento económico. Todavia, não julgamos ser este o caso para a nossa economia, pois pensamos que as taxas negativas se devem à substancial e rápida diminuição das pressões inflacionistas externas, cuja duração e impacto julgamos serem apenas temporárias.

► Inflação

variação percentual anual; contributos em pontos percentuais



Fontes: Direcção Geral de Estatística e análise do BCTL

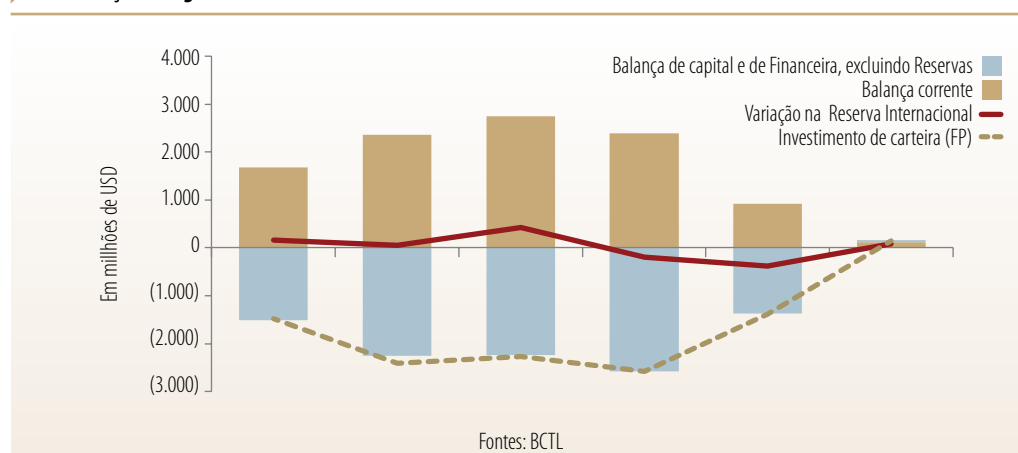
Concluimos este ponto, com uma breve menção à evolução histórica da inflação na nossa economia, notando que os níveis de inflação têm registado oscilações de grande amplitude, registando máximos em 2007, 2008 e 2011, e rapidamente revertendo para níveis baixos no prazo máximo de 2 anos. Na nossa opinião, esta volátil evolução tem resultado, sobretudo, do grau de interação entre os níveis de inflação externos e a elevada amplitude do ciclo económico doméstico. O facto de o país não dispor de uma moeda própria, incluindo também de políticas cambiais e monetárias próprias, impossibilita a gestão macroeconómica do ciclo e da respectiva inflação pelo Banco Central, cabendo, sobretudo, à política orçamental a responsabilidade de gerir adequadamente a relação de interdependência entre o crescimento e os níveis de inflação domésticos.

Balança de Pagamentos

A balança de pagamentos, designadamente o seu saldo, composição e evolução, é um importante indicador macroeconómico, que sintetiza numericamente o saldo líquido das transações comerciais e financeiras entre uma economia e o resto do mundo. No gráfico em baixo, apresenta-se a evolução recente da balança de pagamentos de Timor-Leste.

Um indicador macroeconómico importante é o saldo da balança de pagamentos, que regista o saldo líquido das transações entre residentes e não residentes.

► TL: Balança de Pagamentos

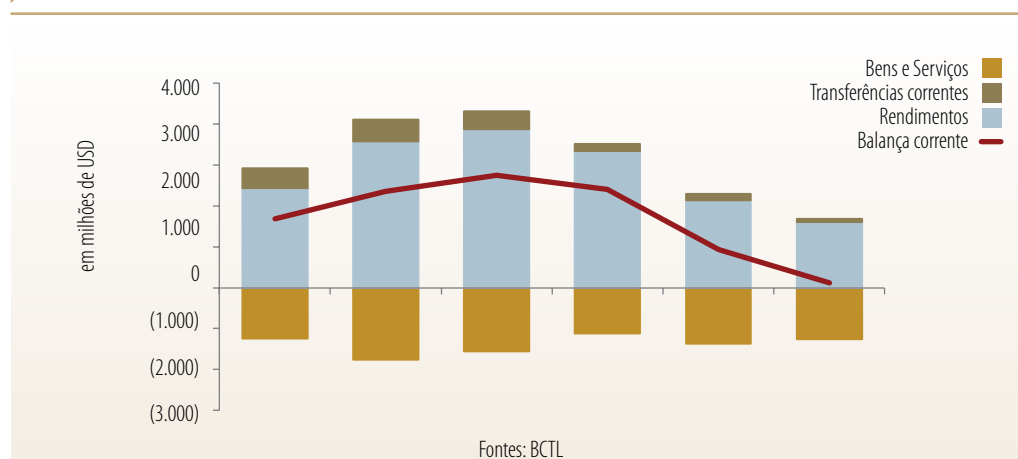


Excluídos os rendimentos do Fundo Petrolífero e as receitas da exploração do petróleo e gás natural, Timor-Leste continuou a apresentar, em 2015, um saldo da balança de pagamentos deficitário. Todavia, caso se incluam aquelas receitas e rendimentos, o saldo total foi ligeiramente superavitário, tendo contudo registado uma substancial deterioração em 2015, devido à redução das receitas petrolíferas.

Timor-Leste continuou a registar um saldo da BdP negativo, se excluirmos os rendimentos do FP

No gráfico em baixo, apresenta-se ainda a evolução e composição da Balança Corrente, que inclui o rendimento primário, as receitas do Mar de Timor, cujo saldo tem sido sempre positivo ou superavitário.

► TL: Conta Corrente incluindo o rendimento do FP

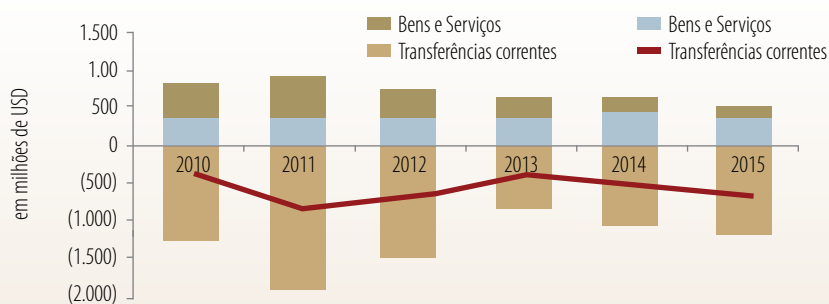


O gráfico apresenta a evolução superavitária da balança corrente de TL, incluindo rendimentos do FP, cujo saldo se tem contudo deteriorado....

No gráfico que se segue, apresenta-se a evolução do saldo da conta corrente, excluindo o rendimento do FP e as receitas petrolíferas. Note-se que este saldo, pelo contrário, tem sempre apresentado valores deficitários, determinados pela posição fortemente negativa da balança comercial dos bens e serviços, que mede a diferença entre as importações e exportações de Timor-Leste. Neste contexto, será de se salientar ainda que o saldo médio negativo da Balança Corrente nos últimos 3 anos manteve-se em USD724 milhões.

.... mas a balança corrente excluindo o FP e receitas petrolíferas, continua a ser deficitária.

► TL: Conta Corrente excluindo o rendimento do FP



Fontes: BCTL

O saldo da balança corrente, incluindo o rendimento primário, ascendeu a 8% do PIB não petrolífero, em 2015, um valor bastante inferior aos 220% e 92%, registados em 2013 e 2014 respectivamente. Esta diminuição deveu-se à descida do rendimento das receitas do petróleo e do gás do Mar de Timor, e à referida manutenção do défice da balança de transações (importação e exportação de bens e serviços).

A economia nacional cresceu, em média por ano, de 9,2% entre 2008 e 2013.

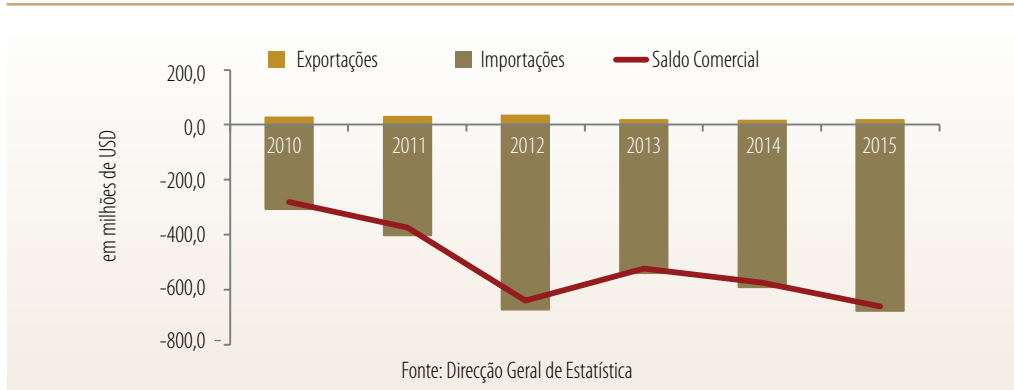
Balança de Pagamentos em % do PIB não petrolífero						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
PIB não petrolífero (milhões USD)	934	1022	1088	1119	1186	1235
Conta Corrente (milhões USD)	1678	2352	2746	1466	1093	98
Bens e serviços	-1241	-1758	-1558	-1044	-1197	-1252
rendimento	2435	3577	3873	3328	2134	1290
Transferência corrente	484	533	432	182	156	60
Conta Corrente (% do PIB)	180	230	252	220	92	8
Bens e serviços	-133	-172	-143	-93	-101	-101
Rendimento	261	350	356	297	180	104
Transferência corrente	52	52	40	16	13	5

Fonte: BCTL

O saldo da transação de bens continua a registar uma elevada posição deficitária, dado os baixos níveis das exportações nacionais e à elevada necessidade de importação de bens para satisfazer a procura interna. As importações de 2015, por exemplo, corresponderam a cerca de 47.5% do PIB não-petrolífero (586 milhões num PIB de 1235 milhões tal como estimados pelo Governo).

As exportações nacionais são muito inferiores às importações....

► TL: Estatística Anuais do Comércio Externo



O substancial défice da balança de transação de bens, em 2015, deveu-se à continuada e elevada dependência das importações, cujo crescimento continuou robusto em 2015. A exportação de mercadorias continua a ser baixa, representando menos de 2.9% do comércio total em 2015, com um crescimento anual de 17,3%.

.... resultando num elevado défice comercial.

TL: Estatística do Comércio Externo
Em milhões de USD

Month/Year	Importacoes			Exportacoes			Saldo Total	Saldo Mercadorias
	Mercadorias	Não-mere	TOTAL	Exportação	re-export	TOTAL		
2014	550.1	3.6	553.7	13.9	25.2	39.1	(514.6)	(536.2)
Jan-15	36.7	0.3	36.9	0.9	0.0	0.9	(36.1)	(35.8)
Fev-15	30.9	0.2	31.0	0.1	1.0	1.1	(30.0)	(30.8)
Mar-15	35.7	0.0	35.8	0.0	0.6	0.6	(35.20)	(35.7)
T1-2015	103.3	0.4	103.8	0.9	1.6	2.5	(101.3)	(102.4)
Abr-15	41.2	0.2	41.3	0.0	0.2	0.2	(41.1)	(41.2)
Mai-15	41.5	0.1	41.7	0.0	0.6	0.6	(41.1)	(41.5)
Jun-15	51.6	0.1	51.7	0.0	6.3	6.3	(41.4)	(51.6)
T2-2015	134.3	0.5	134.7	0.0	7.1	7.1	(127.6)	(134.3)
1ºSemester 15	237.6	0.9	238.5	1.0	8.7	9.7	(228.8)	(236.6)
Jul-15	51.5	0.7	52.2	0.1	2.8	2.9	(49.3)	(51.4)
Ago-15	29.4	0.2	29.6	1.1	13.3	14.4	(15.2)	(28.4)
Set-15	38.9	0.2	39.0	3.6	0.5	4.1	(34.9)	(35.3)
T3-2015	119.8	1.0	120.8	4.8	16.7	21.4	(99.4)	(115.0)
Out-15	78.0	0.2	78.2	6.9	2.4	9.3	(69.0)	(71.2)
Nov-15	99.8	0.6	100.4	2.1	2.1	4.2	(96.2)	(97.7)
Dez-15	50.8	1.0	51.8	1.6	0.6	2.3	(49.6)	(49.2)
T4-2015	228.7	1.7	230.4	10.6	5.1	15.7	(214.7)	(218.1)
2ºSemester 15	348.6	2.8	351.2	15.3	21.8	37.1	(314.1)	(333.2)
2015-Total	586.1	3.7	589.8	16.3	30.5	46.8	(543.0)	(569.8)

Fonte: Direcção Geral de Estatística

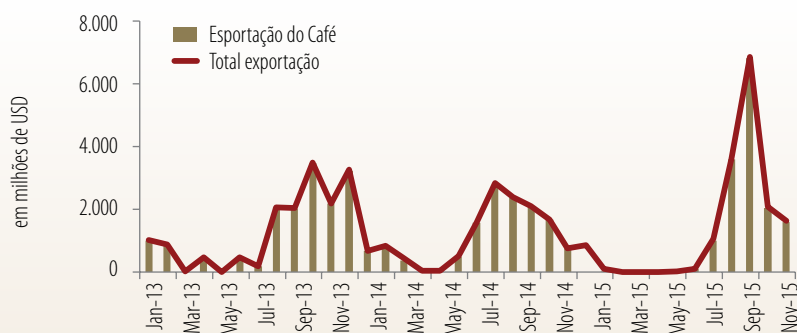
Exportações

As exportações representam apenas 2.2% do total comércio em 2015...

.... e o café continua a ser a única exportação relevante do País...

A quase única exportação do país --- pelo menos aquela que é sistematicamente registada pelos serviços oficiais de estatística --- é o café. No gráfico em baixo, apresenta-se a evolução mensal das exportações nominais em dólares, entre 2013 e 2015. Como se pode verificar, a exportação do café é marcada por uma forte sazonalidade, concentrando-se quase exclusivamente no segundo semestre de cada ano, após a realização da colheita. Note-se, ainda, que o valor e volume exportados em 2015 se aumentarem face aos valores de 2014, subiu em 11% e 98.6% respectivamente.

► TL: Exportação Mensal, 2013 - 2015



Fonte: Direcção Geral de Estatística

Valor (mil USD) e volume (toneladas) de café exportado

	2011	2012	2013	2014	2015
Estados Unidos de América	11.923	18.813	15.781	13.646	15.155
Indonésia	22.203	33.775	13.252	9.643	19.151

Fonte: Direcção Geral de Estatística

O maior País de destino das nossas exportações de café, durante o ano de 2015, foram os Estados Unidos da América, com um peso de 45.2% contra os 8.7% de 2014, ano no qual a Alemanha foi o maior destino, com 61.9% do total.

.... com os EUA a serem o principal país de destino, em 2015.

TL: Exportações por países (milhões USD)

em milhões de USD	2012	2013	2014	2015
Estados Unidos de América	7,913	5,753	1,194	6,845
Indonésia	237	0	-	368
Singapura	139	168	-	-
Portugal	180	25	1,264	376
Austrália	81	537	410	732
Alemanha	7,819	7,693	8,446	3,181
Taiwan	203	101	115	248
Japão	1,133	973	849	917
Outros	1,108	531	1,368	2,488
Total	18,813	15,781	13,646	15,155

Fonte: Direcção Geral de Estatística

Importações

Os principais produtos importados pelo país são os derivados do petróleo, seguidos dos veículos e máquinas elétricas. Os bens energéticos representaram cerca de 19.2% do total de importações em 2015, tendo diminuído de 160 para 126 milhões de dólares, em 2015, devido, sobretudo, à redução do preço internacional do petróleo.

O país continua a registar um substancial grau de dependência das importações.

TL: importações por tipo de produtos nos anos mais recentes					
em milhões de USD	2011	2012	2013	2014	2015
Cereais (10)	11	31	23	26	21
Petróleo (27)	56	104	144	160	126
Máquinas mecânicas (84)	22	28	39	32	35
Máquinas Eléctricas (85)	99	244	44	29	48
Veículos (87)	37	53	64	75	73
Outros	94	203	210	233	284
Total	319	664	524	555	587

Fonte: Direcção Geral de Estatística

Nota: 1 - 0 número entre parenteses na primeira coluna é o da classe da pauta aduaneira.

A importação dos cereais registou uma diminuição de 19.2% face 2014

Os cereais, que, por sua vez, representam apenas 3.2% do total da mercadorias importadas, registaram uma diminuição face o ano de 2014, de 19.2%. A redução do valor de importações deste tipo de produto deveu-se ao declínio no preço dos mesmos cereais, bem como à depreciação das moedas dos parceiros comerciais em relação ao dólar

A estrutura geográfica das importações e respectiva evolução figuram no quadro em baixo.

	TL: importações por países nos anos mais recentes				Participação (%)			
	milhões USD							
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Finlândia	229	1	78	23	34.5	0.2	14.1	3.9
Indonésia	149	181	159	191	22.4	34.6	18.7	32.6
Singapura	45	63	125	105	6.8	11.9	22.6	17.9
Austrália	24	16	19	18	3.6	3.0	3.4	3.0
China	44	40	41	65	6.6	7.6	7.4	11.1
Vietname	31	41	34	37	4.7	7.9	6.1	6.3
Estados Unidos	2	1	4	8	0.2	0.3	0.8	1.3
Portugal	11	12	31	10	1.6	2.3	5.7	1.7
Malásia	52	80	36	41	7.8	15.2	6.5	7.0
Outros	79	89	27	89	11.9	17.0	4.8	15.2
Total	664	524	555	587				

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

A composição geográfica das importações não tem sido estável nos últimos anos, mas a Indonésia tem-se mantido como principal parceiro comercial do país.

A Indonésia continua a ser o principal parceiro comercial de Timor-Leste

Finanças Públicas

No OGE de 2016, o Governo priorizou o seu foco nos sectores de saúde, educação e segurança e das infraestruturas.

O Governo, conforme inscrito no seu PED, continua a revelar no orçamento do Estado de 2016, que a principal prioridade é o estatuto de Economia de rendimento médio-alto até 2030, com um foco principal do investimento público nos setores da saúde, educação e segurança, incluindo o desenvolvimento de infraestruturas necessário para sustentar um processo de crescimento robusto, abrangente e de alta qualidade.

Beneficiando do investimento tecnológico do Estado, os cidadãos podem beneficiar hoje de uma boa fonte de dados para analisar a implementação das actividades e programas públicos, que é o Portal das Finanças em <http://www.budgettransparency.gov.tl/public/index>. Este sítio é atualizado diariamente e permite acompanhar o saldo, composição e evolução das finanças públicas do país, constituindo uma fonte fundamental de informação para a análise que se segue.

Despesas Públicas					
	2011	2012	2013	2014	2015
Orçamento (milhões USD)	1,306	1,806	1,648	1,500	1,496
Variação (%)	55.9	38.3	-8.8	-9.0	-0.3
Actual (milhões USD)	1097	1198	1082	1368	1349
% do total orçamento	84.0	66.3	65.6	91.2	90.2

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

Registou-se uma manutenção do grau de execução do orçamento em 2015.

A nível da execução da despesa, o Estado manteve uma performance semelhante à de 2014, tendo executado 90.2% do OGE, pese embora o montante efectivamente gasto venha sido ligeiramente inferior ao de 2014, avaliado em 1368 milhões de dólares.

Receita Pública

As transferências do FP têm sido a fonte de financiamento fundamental dos OGEs

As receitas do Estado são constituídas, fundamentalmente, pelas transferências do Fundo Petrolífero de acordo com a autorização concedida pelo Parlamento Nacional, aquando da aprovação do orçamento anual e as chamadas "receitas domésticas", provenientes da cobrança de taxas e impostos, fundamentalmente sobre o rendimento e as taxas alfandegárias.

► TL: Capital do Fundo Petroífero (em milhões USD)



Fonte: BCTL

Em 2015, foi transferido um valor total de 1327.5 milhões de USD

As transferências do Fundo Petrolífero, que dependem do valor das receitas petrolíferas totais, totalizaram, em 2015, o valor de 1327.5 milhões de USD e foram superiores ao valor do “rendimento sustentável” do Fundo, em 689 milhões de USD. O valor do rendimento sustentável estimado para 2015 foi de 638.5 milhões de USD. Esta projeção assenta no valor actual do Fundo e na estimação das receitas petrolíferas futuras, baseadas numa previsão credível dos preços futuros do petróleo nos mercados. Por decisão do Parlamento Nacional, aquando da aprovação do OGE, o montante necessário ao financiamento do total das despesas foi também aprovado.

Uma outra fonte de financiamento é a possibilidade de o Estado recorrer à dívida externa, da qual se previa obter, em 2015, 70 milhões de USD, para financiar a recuperação e ampliação das principais estradas nacionais do país.

Para completar o total do financiamento do orçamento de 2015, utilizou-se ainda o saldo de caixa das contas do Estado, que não foi utilizado em 2014 e que ascendeu a 2.1 milhões de USD.

As receitas domésticas e o seu incremento constituem também uma das principais prioridades do Governo, em matéria de finanças públicas, de modo a permitir reduzir a dependência das transferências do FP. Note-se que, em linha com

a expansão da economia nacional, as receitas domésticas têm subido significativamente nos últimos anos, atingindo, em 2015, os 170.4 milhões de USD.

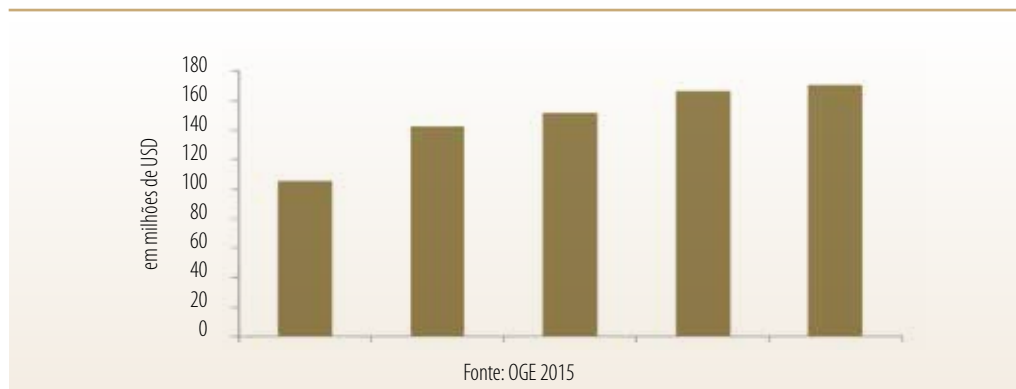
.... enquanto o RSE foi de 638,5 milhões de USD.

O Governo recorreu também à dívida externa....

.... além de utilizar o saldo de caixa acumulado....

.... e as receitas públicas domésticas.

► Receitas Doméstica



No quadro abaixo pode ver-se que os impostos, englobando as taxas alfandegárias (sobre as importações) e os impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, são a categoria mais importante das receitas domésticas.

As receitas domésticas continua a aumentar, registando um crescimento de 2% face 2014.

Receitas Doméstica em 2015			
(milhões USD)			
Categoria	Orçamento	Cobrado	Execução %
Total	170	187.9	111
Rendimento de impostos	125.5	120.2	96
Rendimento não-fiscal	36.3	43.6	120
Rendimento de agências e outros resp.	7.6	24.1	317

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

De facto, embora as receitas domésticas do Orçamento de 2015 tenham aumentado em 2015, estas apenas representavam 12.6% do financiamento global, tendo em conta o valor das despesas orçamentadas (1496 milhões de USD). Para a comparação, em 2014 este valor era de 11%, considerando o total de financiamento orçamentado de 1500 milhões de USD.

Levando apenas em consideração o valor efectivamente pago das despesas orçamentadas (1349 milhões de USD), as receitas domésticas (cobradas) permitiram financiar 14% do total.

Por enquanto, estes valores continuam a constatar a enorme dependência dos orçamentos de Estado relativamente ao financiamento com origem nas receitas petrolíferas ou, mais especificamente, das transferências originárias do Fundo Petrolífero.

Despesa Pública

A despesa em bens e serviços continua a representar o maior peso no OGE 2015, de 30,9%....

As despesas orçamentadas e as efectivamente pagas segundo a sua "categoria" estão identificadas no quadro abaixo (a "taxa de execução" é calculada com a soma dos "pagamentos" e as "obrigações" assumidas.

Os dados do orçamento do governo, obtidos a partir do portal da transparência, continuam a indicar a maior importância da categoria de bens e serviços no total de 2015, pese embora esta despesa tenha diminuído por 3.4% face a 2014. Esta representou cerca de 30,9% dos gastos públicos orçamentados e 31.1% da execução total de 2015, o que reflecte bem o "peso" da máquina do Estado no conjunto do Orçamento.

Contudo, note-se que esta categoria inclui a despesa substancial em combustível para os geradores de central eléctrica, avaliada em cerca de 90 milhões de USD, cujo funcionamento foi uma das prioridades do Governo no desenvolvimento do país, para melhorar o nível de vida dos cidadãos e atrair o investimento externo.

Despesas						
Ano Fiscal	2015					
Grupo	Detalhes do orçamento de 2015 (milhões USD)					
CATEGORIA	Orçamento	%	Obrigações	Real	%	Execução %
Total	1,496.1	100.0	70.4	1278.5	100.0	90.2
Salário e vencimentos	166.2	11.1	0.2	158.2	12.4	95.3
Bens e serviços	462.0	30.9	16.9	397.8	31.1	89.8
Capital Menor	33.9	2.3	1.3	27.6	2.2	85.3
Capital de desenvolvimento	395.4	26.4	50.8	273.2	21.4	81.9
Transferências	428.2	28.6	1.2	411.9	32.2	96.5
Despesas para contingências	10.4	0.7	0.0	9.8	0.8	94.2

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

O capital de desenvolvimento, por sua vez, representou 26.4% do total do orçamento, enquanto que, em termos de execução do orçamento, atingiu apenas 81.9%. Estes valores traduzem, portanto, uma diminuição tanto em termos do peso da rubrica como da sua taxa de execução.

O quadro em baixo detalha as despesas em “bens e serviços” de valor superior a 5 milhões de USD. As seis principais são as relativas à despesa com “serviços profissionais” (nomeadamente consultorias), com “combustível com geradores”, com despesas operacionais, com treinamento e seminários, com materiais operacionais, e com outros serviços vários.

Despesas			
Ano Fiscal	2015		
Grupo	Detalhes do orçamento de Bens e Serviços (milhões USD)		
Item	Orçamento	Real	Execução %
Total	1,496.3	1348.8	90.1
Bens e Serviços	462	414.7	89.8
Serviços Profissionais	100	91.5	91.5
Fuel para geradores	91	84.7	93.1
Despesas Operacionais	59.9	43.5	72.6
Treino e Seminários	52.4	38.6	73.7
Materiais Operacionais	42.6	36.7	86.2
Outros Serviços Vários	41.3	26.8	64.9
Operação Veículo a combustível	10.3	8.7	84.5
viagem ao Exterior	10.2	13.5	132.4
Manutenção de Equip & Building	10.1	5.4	53.5
Manutenção de veículos	9.2	9.8	106.5
Utilities	8.6	7.8	90.7
Viagem Local	7.9	8.1	102.5
Office Stationary & Supplies	6.1	7	114.8

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

Continuamos ainda a fazer uma referência especial a rubricas com uma taxa de execução superior a 100%: ao contrário do ano anterior, no qual a despesa em materiais operacionais foi a que registou uma taxa de execução superior a 100%, em 2015, as despesas com viagens ao exterior, manutenção de veículos e viagens locais registaram um nível de despesa superior ao orçamentado.

O quadro em baixo sintetiza a informação sobre os programas existentes sobre o Fundo das Infraestruturas (FI) de valor superior a 5 milhões de USD, a respectiva dotação orçamental e o montante efectivamente gasto durante o ano de 2015.

.... enquanto a despesa em capital de desenvolvimento foi de apenas 26,4% do total.

Os serviços profissionais registam a maior despesa na categoria de bens e serviços

As despesas em viagens ao exterior registam uma taxa de execução superior a 100% em 2015, cerca de 132.4%.

O Governo criou um Fundo para a construção de infraestruturas do País...

Ano Fiscal Grupo	Despesas 2015			
	Item	Detalhes do orçamento de Transfêrencia (milhões USD)		
	Orçamento	Real	Obrigações %	Execução %
Total	1,496.3	1278.4	70.4	90.1
Infraestrutura	395.4	271.9	48.8	81.1
Estradas	139.4	102.0	7.3	78.4
Energia Eléctrica	44.8	42.7	2.1	100.0
Agencia Desenvolvimento Nacional	32.8	14.2	9.1	71.0
Direcção Nacional de Orçamento e Finanças	23.8	12.2	9.3	90.1
Programa de Empréstimos	19.7	8.6	-	43.9
Petrolia e Gas	16.4	13.8	2.3	98.6
Estrados e Pontes	13.1	12.1	1.0	100.0
Aeroportos	13.0	9.5	3.5	100.0
Programa Sector das Finanças	11.1	6.6	0.5	64.1
Desenvolvimento Urbano e Rural	5.9	5.3	0	89.7
Esgotos	5.5	0.5	0.0	8.7

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

.... e a sua taxa de execução de despesa atingiu 81.1% em 2015

O primeiro ponto relevante diz respeito ao diminuição da taxa de execução do FI em 2015 de 81.1%, face à taxa de 98.6% em 2014. Repare-se que, se calcularmos a taxa de execução apenas com os valores efectivamente pagos, então esta baixou para 68.8%, uma taxa efetivamente baixa em relação com o ano anterior de 96%.

.... ou 21.42% do total do orçamento

O segundo ponto a salientar é o facto de que, embora o orçamento de Estado alocado ao Fundo ser de 26.4% (22,5% do OGE14), as despesas efectuadas foram apenas de 21.4% do total do orçamento, face aos 23,8% do total do orçamento executado.

Ao contrário do ano anterior, no qual o programa do Fundo com maior dotação orçamental foi a energia eléctrica, em 2015, a maior dotação coube às estradas, com cerca de 35.2% do total alocado, face aos 11.3% da energia eléctrica.

A despesa em estradas foi a maior categoria de despesa do FI para 2015.

O terceiro maior programa do Fundo em 2014 (17.4% do total), o programa de desenvolvimento da região de Oecuse (24 milhões), integrada no projeto da **Zona Especial de Economia Social de Mercado** – ZEESM, foi, em 2015, excluído do FI e incluído integralmente na rubrica de despesa pública com transferências. Este diferente tratamento orçamental dificulta, por sua vez, a análise da despesa neste programa, visto que o portal da transparência não divulga informação relativamente a sua execução orçamental desagregada.

O quadro em baixo sintetiza a informação sobre os programas de transferência, incluindo os pagamentos de benefícios pessoais e de assistência pública.

Ano Fiscal Grupo	Despesas 2015 Detalhes do orçamento de Transfêrencia (milhões USD)			
	Item	Orçamento	Real	Execução %
Total		1,496.3	1,348.8	90.1
Transferência		428.2	413.1	96.5
Pagamentos de Benefícios Pessoais		183.6	173.8	94.6
Dir. Nac. Os Assuntos Comb. E Lib.		125.5	119.9	95.6
Dir. Nac. Da Segurance Social		34.9	34.1	97.7
Dir. Nac. Reinserção Social		9.0	8.4	92.6
Prov. Reforma ex-Titulares Carg		6.0	3.8	62.9
Dir. Nac. Reg. Contr. Da Seg. Social		1.4	1.3	99.0
Dir. Nac. Gestão Desastre		1.0	0.2	22.4
Assistência Pública		244.5	238.1	97.4
Projeto de ZEESM		133.4	133.4	100.0
ADN		17.0	16.9	99.4
Asses. Da Comunicação Social		13.9	13.9	100.0
Dir. Nac. Adm. E Finanças		11.5	11.5	100.0
Capitalização do BCTL		10.7	10	93.5

Fonte: Portal de Transparência de Timor-Leste

Note-se, primeiro, que o total dotação para a categoria de transferência representa 28.6% do OGE de 2015, registando uma subida de 38.2% em relação ao ano passado, principalmente devido à inclusão do projeto de ZEESM neste rúbrica. O total orçamento alocado para o ZEESM foi de 31.2% do total alocação para a categoria de transferências ou cerca de 9.9% do total OGE de 2015. Enquanto, o orçamento para os assuntos de combatentes e libertação nacional atingiu 29.3% do total orçamento para a categoria de transferências, ou 8.4% do total do OGE, aumentou cerca de 81.5% face o ano de 2014, e teve uma taxa de execução de 95.6%.

Desenvolvimentos Monetários e Financeiros

O desenvolvimento do sector financeiro desempenha um papel vital no sentido de facilitar o crescimento económico e a redução da pobreza. A compilação de estatística monetária e financeira indica o desenvolvimento e mudanças no sistema monetária e financeira de um país. O Banco Central de Timor-Leste compilou estas estatísticas com o objetivo de adquirir uma visão abrangente e detalhada dos sectores financeiros de Timor-Leste, a fim de apoiar o BCTL nas funções macro prudenciais e de política monetária, enquanto este último ainda inexistente devido o país continua utilizar como moeda oficial uma divisa estrangeira, o dólar norte-americano, como o seu curso legal.

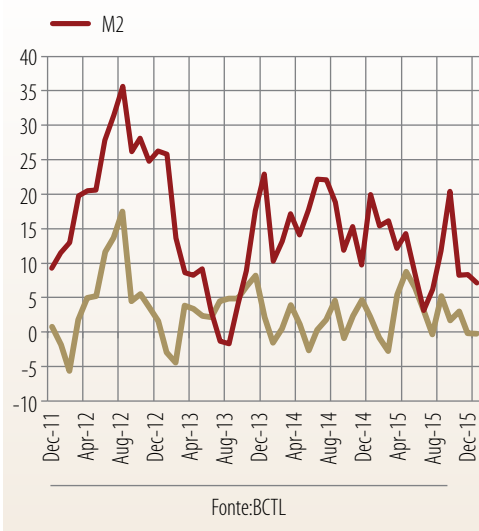
Embora Timor-Leste seja uma economia “dolarizada”, é possível ao BCTL calcular razoavelmente o agregado monetário M2, que na maior parte dos países se usa como uma medida da disponibilidade de meios de pagamento, excepto a moeda em circulação. Como é habitual, o M2 em Timor-Leste é calculado pela soma da moeda fiduciária em circulação (moedas e notas) com os depósitos à ordem (que, como a anterior, podem ser mobilizados imediatamente para efectuar pagamentos através de cheques) e a “quase-moeda” (os depósitos de poupança e prazo), valores que podem ser mobilizados a relativamente curto prazo para fazer pagamentos.

O BCTL desempenha um papel fundamental na compilação de estatísticas monetárias e financeiras.

Embora não se disponha de política monetária, o BCTL é capaz de calcular uma boa aproximação do agregado monetário, o M2.

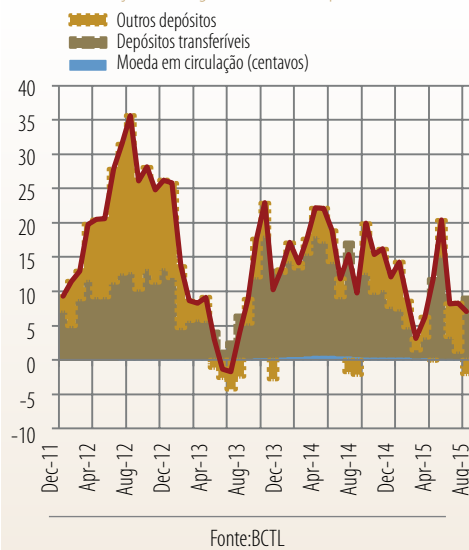
► O crescimento do agregado monetário

Taxa de variação homólogo, em percentagem



► M2 e os seus componentes

Taxa de variação homólogo; contributos em pontos %



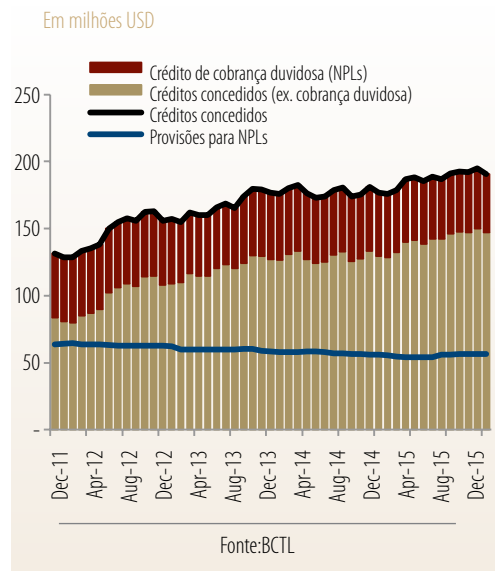
No gráfico em cima, apresenta-se a evolução da oferta de moeda, o M2 aproximado para Timor-Leste, ao longo do período de 2011 a 2015. Note-se que os valores são aproximados pois que, como o país usa o dólar norte americano, é difícil calcular com exatidão o valor das notas em circulação. Porém, como esta deve constituir uma percentagem pequena e estável dos valores disponíveis para pagamentos, o M2 aproximado - o total das moedas, depósitos e quase-moeda - serve, razoavelmente, para medir o montante de moeda na economia nacional.

A expansão da actividade económica do País impulsionou a subida do M2 nos últimos anos.

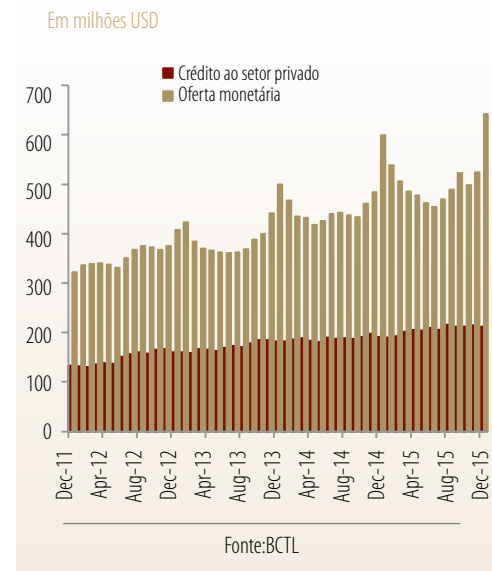
O maior determinante da evolução do M2 em 2015 foi o componentes relativo a depósitos transferíveis.

O valor da "oferta" de moeda tem registado uma subida contínua ao longo dos últimos anos, o que se deve, naturalmente, à expansão da actividade económica doméstica, estimulada pelo aumento das despesas públicas. No entanto, a recente desaceleração deste agregado monetário parece também concordar com a desaceleração do crescimento da nossa economia. É ainda importante acompanhar as contribuições dos componentes para as mudanças anuais da massa monetária (M2). Note-se, assim, que o maior contribuição para a variação do M2, entre 2013 e 2015, coube aos depósitos transferíveis, ao contrário de 2012, no qual os outros depósitos (os depósitos de poupança e depósitos a prazo) foi o maior contribuidor para a mudança no M2. Parece que os depositantes preferiram reforçar as suas disponibilidades em depósitos à ordem para facilitar as respectivas necessidade de transacções comerciais.

► **Crédito ao Setor Privado, Cobrança Duvidosa e Provisões para o mesmo**



► **Depósitos e empréstimos ao sector privado**



Como se pode verificar no gráfico acima, o volume dos empréstimos é muito inferior ao dos depósitos, fornecendo à banca comercial um excesso de liquidez que a obriga a procurar alguma rentabilidade para os recursos disponíveis através de aplicações no estrangeiro.

Para além da “quantidade” dos empréstimos importa analisar também a sua “qualidade”. Um indicador desta é o montante de “crédito de cobrança duvidosa”, isto é, de empréstimos em que os tomadores dos mesmos não estão a cumprir as obrigações contratuais que assumiram ao receberem o empréstimo bancário.

No caso do sistema bancário de Timor-Leste, o montante desses empréstimos de fraca qualidade é bastante elevado, embora se tenha reduzido nos últimos anos: cerca de 23% do crédito concedido no final de 2015 face 27% em 2014. Porém, isso não coloca em causa a segurança do sistema, quer porque as principais instituições bancárias são filiais de grandes e sólidos bancos nos seus países de origem que não deixarão de apoiar a sua filial no nosso país em caso de necessidade, quer porque estas souberam adaptar-se à situação constituindo provisões (reservas) de nível significativo, mais que suficientes para cobrir as perdas a registar no “crédito de cobrança duvidosa”. Note-se, a este propósito que o total de provisões tem sido sempre superior ao valor do “crédito de cobrança duvidosa”, ou cerca de 30% do crédito concedido no final de 2015

O nível de “crédito de cobrança duvidosa” acaba por ser um indicador do risco do negócio bancário pois quando aquele é elevado isso significa que este é alto. Ora o risco é uma das componentes que influenciam a taxa de juro dos empréstimos: quando aquele é elevado, a taxa de juro do crédito tende a ser também elevada. Timor-Leste não é excepção e as taxas de juro activas (dos empréstimos) são relativamente altas se comparadas com as do país emissor da moeda corrente no nosso país, o dólar dos Estados Unidos. De facto, a teoria económica diz que quando um país pequeno adopta

A subida dos recursos bancários foi muito superior à dos empréstimos concedidos..

Embora ainda seja elevado, o rácio de créditos de cobrança duvidosa tem tido uma trajetória descendente.

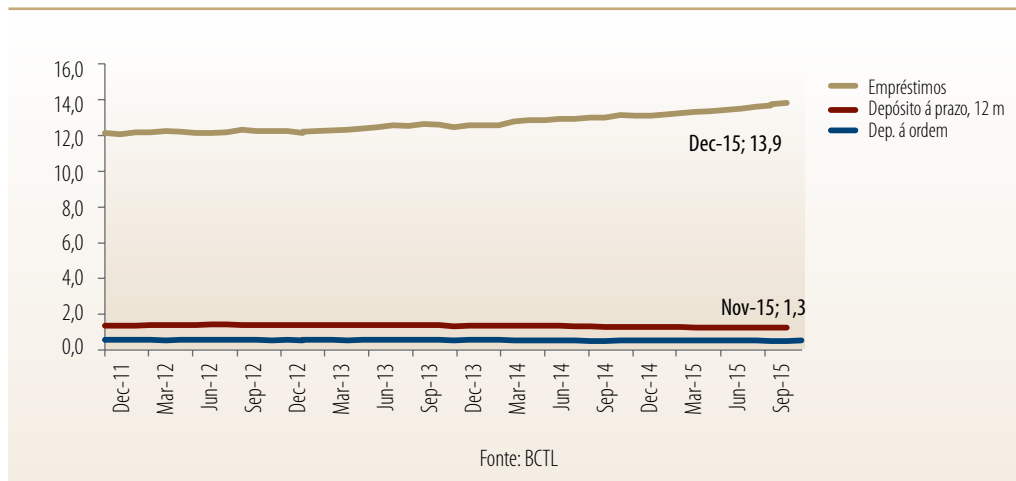
O elevado risco de crédito é um dos factores que pode explicar as elevadíssimas taxas de juro no crédito.

como sua a moeda de um país grande as taxas de juro num e noutro tendem a ser próximas. Em Timor-Leste tal não se verifica, sobretudo para as taxas de juro do crédito, por diversas razões, sendo a principal o risco do negócio bancário, que inclui os riscos de incumprimento pelos tomadores de empréstimos e o risco-país.

No gráfico em baixo pode ver-se a evolução das taxas de juro activas (dos empréstimos) e passivas (dos depósitos) e perceber-se que o “spread” (diferença) entre elas é bastante elevado.

O gráfico apresenta uma diferença enorme entre as taxas de juro activas e passivas

► TL: Exportação Mensal, 2013 - 2015



.... em média, o spread foi de 13% em 2015

O “spread” varia apenas ligeiramente ao longo do tempo em função da evolução das taxas dos empréstimos e dos depósitos, registando em média durante 2015 cerca de 13%, em relação aos depósitos à ordem.

Taxa de juro média ponderada dos Bancos Comerciais (Em percentagem)

Período	Empréstimos + 6 meses Libor	Depósitos a Oedem	Depósitos de Poupança	Depósitos a Prazo			
				1 mês	3 meses	6 meses	12 meses
2015 Jan	13.12	0.53	0.75	0.83	1.04	1.23	1.30
Fev	13.20	0.52	0.75	0.82	1.04	1.22	1.29
Mar	13.26	0.53	0.75	0.81	1.03	1.21	1.28
Abr	13.32	0.53	0.75	0.77	1.00	1.15	1.25
Mai	13.35	0.53	0.75	0.77	1.00	1.15	1.25
Jun	13.43	0.54	0.75	0.76	1.00	1.14	1.25
Jul	13.51	0.53	0.75	0.76	0.99	1.14	1.24
Ago	13.63	0.53	0.75	0.76	0.99	1.14	1.24
Set	13.68	0.52	0.75	0.76	0.99	1.14	1.24
Out	13.76	0.52	0.75	0.76	0.99	1.13	1.24
Nov	13.81	0.52	0.75	0.77	1.00	1.15	1.25
Dez	13.88	0.54	0.75	0.77	1.00	1.15	1.25

Fonte: BCTL

Referimo-nos anteriormente ao facto de a banca comercial, na impossibilidade de aplicar os seus recursos no nosso país, acaba por transferir para o estrangeiro valores significativos a fim de obter algum rendimento dos elevados volumes de depósitos não utilizados na concessão de crédito doméstico. O gráfico em baixo representa a evolução das “disponibilidades líquidas sobre o exterior” (designada por activos externos líquidos, ou DLX em inglês) do nosso país, autonomizando-se as do Banco Central e as da banca comercial, designada no gráfico como “outras sociedades de depósitos”.

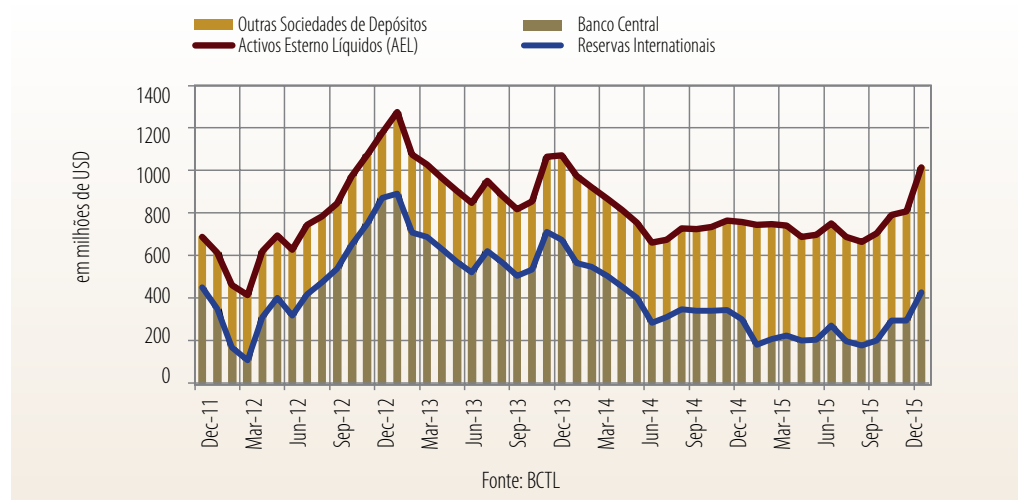
À semelhança dos anos anteriores, o total das DLX em 2015 continuou a ser bastante influenciado pelas reservas do BCTL. Contudo, o continuo aumento dos activos externos da banca comercial nos últimos anos levou a que, no final de 2015, as reservas externas da banca comercial passassem a dominar as DLX do BCTL.

A evolução das reservas do Banco Central, por sua vez, estão intimamente relacionadas com a evolução dos depósitos do Estado junto do BCTL, o que significa que uma boa parte do dinheiro disponível e, que lhe foi confiado pelo Estado, é depositado no exterior. Quando este solicita verbas para as suas despesas, os seus depósitos no Banco Central diminuem, diminuindo também, consequentemente, as disponibilidades deste sobre o exterior.

Ao restringir a concessão de crédito, o sistema financeiro acaba por aplicar os fundos em excesso no exterior.

Contudo, as DLX são agora mais sensíveis a evolução dos activos das outras sociedades de depósitos

► Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior



Desenvolvimento do Sistema Bancário e MTOs

O sistema bancário em Timor-Leste manteve-se estável e sólido durante o período em apreço. O sistema bancário continua a ser financiado com base em depósitos, emprestando apenas uma parcela destes recursos a empresas e particulares, pelo que, no seu conjunto, o sistema bancário é superavitário.

Nos quadros e gráficos em baixo, disponibilizam-se um conjunto de informações sobre o sistema bancário do país, o qual era constituído, no final de 2015, por um banco sediado em Timor-Leste --- o Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste --- e três agências bancárias de três importantes bancos, sediados em Portugal (CGD/BNU), Austrália (ANZ) e Indonésia (Mandiri).

O sistema bancário continuou estável em 2015

Os activos bancários aumentaram cerca de 15.2% face a 2014.

O crédito concedido aumentou cerca de 7.9% em 2015....

.... mas os depósitos aumentaram cerca de 24.2% para 724 milhões de USD

O total de activos do sistema bancário, no final de 2015, era de cerca de 927.8 milhões de USD, crescendo 15.2% face ao ano anterior.

ACTIVOS DA BANCA COMERCIAL		em milhões de USD				
Items	Dez / 14	% TA	Dez / 15	% TA	Taxa de variação	Valor de variação
Moeda e saldo no BCTL	179.41	22.3%	145.01	15.6%	-19.2	-34.40
Depósitos noutros bancos	487.63	60.6%	631.38	68.1%	29.5	143.74
Investimento	3.98	0.5%	3.98	0.4%	100.0	0.00
Empréstimos e adiantamentos a clientes	120.86	15.0%	134.10	14.5%	11.0	13.23
Activos fixos	9.92	1.2%	9.50	1.0%	-4.3	-0.42
Outros activos	3.26	0.4%	3.81	0.4%	17.0	0.55
Total	805.06	100%	927.78	100%	15.2	122.71

Fonte: Bancos Comerciais e BCTL análise

Durante o ano de 2015, o crédito concedido pelo sistema aumentou cerca de 7.9%. A carteira bruta de empréstimos, incluindo o crédito mal parado, avaliava-se, no final de 2015, em 190.7 milhões de dólares, dos quais 43.7 milhões estavam classificados como “crédito mal parado”. Note-se, novamente, que este elevado montante de ‘crédito mal parado’ não coloca em risco a estabilidade do sistema, uma vez que as respectivas provisões de crédito são substancialmente superiores (56.6 milhões) ao montante de perdas de crédito registadas. Por outro lado os esforços para reduzir os créditos de cobrança duvidosa estavam no caminho, mostrando a diminuição do mesmo em relação ao carteira bruta de empréstimos, situa-se em 22.9% face 26.8% regista no ano anterior.

EMPRÉSTIMOS SEGUNDO A SUA PERFORMANCE		em milhões de USD			
Items	Dez / 14	% do Total CBE	Dez / 15	% do Total CBE	Vaelação
Empréstimos em cumprimento	129.29	72.0%	147.03	73.2%	13.7%
“Crédito de cobrança duvidosa”	47.41	28.0%	43.69	26.8%	-7.9%
Provisões para “crédito de cobrança duvidosa”	55.84	33.0%	56.63	31.6%	1.4%
Total líquido dos empréstimos e adiantamentos	120.86	67.0%	134.10	68.4%	11.0%
Carteira bruta de empréstimos (CBE)	176.70		190.72		7.9%
Provisões em % do “crédito de cobrança duvidosa”	117.8%		129.6%		
“Crédito de cobrança duvidosa” em % da carteira bruta de empréstimos	26.8%		22.9%		

Fonte: BCTL

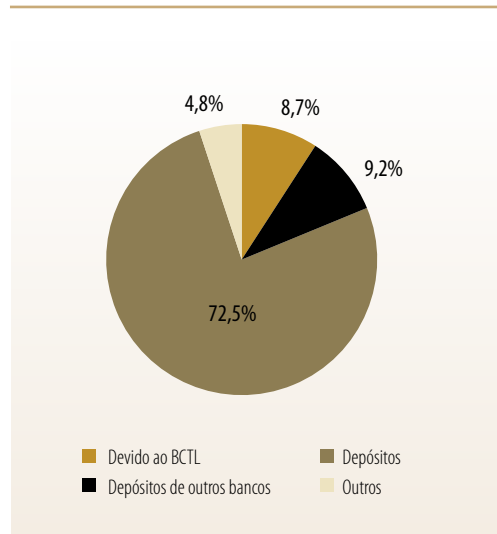
O valor global dos depósitos atingiu, em 2015, o valor de cerca de 724.5 milhões de USD, um aumento relativamente ao ano anterior de 24.2%, representando 78.1% do total de responsabilidades, face 72.5% do 2014.

RESPONSABILIDADES / PASSIVO		em milhões de USD			
Items	Dez / 14	% das responsabil. e capital	Dez / 15	% das responsabil. e capital	Vaiação
Devido ao Banco Central de TL	70.06	8.7%	74.50	8.0%	6.3%
Depósitos de outros bancos	73.76	9.2%	75.81	8.2%	2.8%
Depósitos	583.28	72.5%	724.54	78.1%	24.2%
Outros	38.86	4.8%	10.33	1.1%	-73.4%
Capital	39.11	4.9%	42.59	4.6%	8.9%
Total das responsabil. e capital	805.06	100.0%	927.78	100%	15.2%
Total das responsabilidades	765.96	97.0%	885.19	95.4%	15.6%

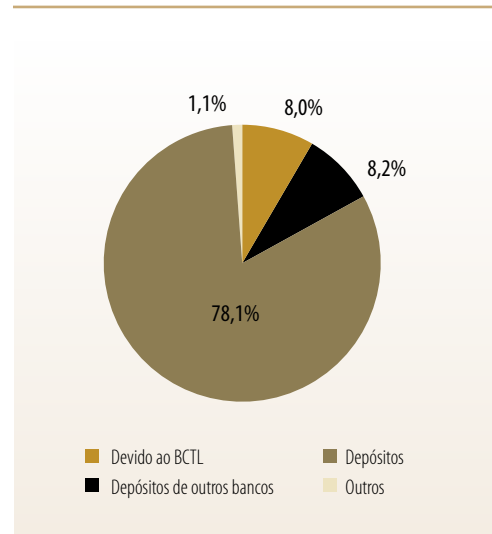
Fonte: BCTL

O gráfico em baixo decompõe com maior detalhe, a estrutura dos passivos bancários.

► Dez-14



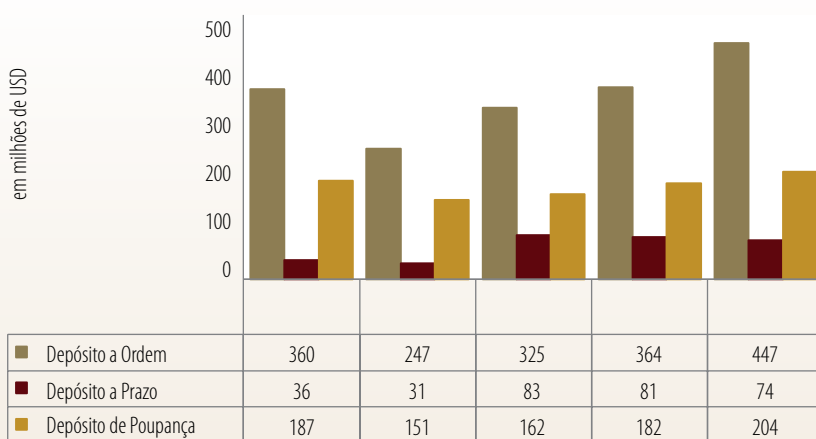
► Dez-15



Os depósitos à vista continuaram representar a maioria do total de depósitos, atingindo cerca de 61,7% do total, ainda o mesmo peso do ano anterior, tendo aumentado 24.2% face a Dezembro de 2014. Os depósitos de poupança aumentaram 8.9%, representando cerca de 28.1% do total de depósitos em 2015 face aos 32.1% de 2014. Por sua vez, o montante aplicado em depósitos a prazo subiu bastante em 2015, crescendo 103.2%, explicando 10.2% do total de depósitos em comparação com os 6,2% do ano anterior.

.... dos quais 61,7% são representados por depósitos à vista, que cresceram 24.2% face 2014

► Estrutura de Depósitos dos Bancos



Fontes: BCTL

De facto, os juros pagos aos depositantes foram apenas de 2 milhões de USD...

...um valor marginal comparado com as receitas primárias dos bancos.

As receitas dos bancos foram constituídas por juros e taxas cobradas aos seus clientes, num total de cerca de 15.8 milhões de USD, e por outros rendimentos, sobretudo comissões, num valor de cerca de 22.9 milhões de USD. Os juros pagos pelos depósitos foram bem mais reduzidos, cerca de 2 milhões de USD.

Em resultado da sua actividade, os bancos apresentaram os seguintes resultados em 2015 (os valores de 2014 destinam-se a facilitar a comparação):

	em milhões de USD	
	Dec-14	Dec-15
Rendimento Bruto	26.90	29.43
Rendimento líquido antes de impostos	10.20	7.51
Impostos sobre o rendimento	1.11	0.81
Rendimento líquido depois de impostos	9.10	6.70
Rendimento em % dos activos	Dec-14	Dec-15
Juros recebidos de bancos	0.28%	0.48%
Juros de investimentos 'overnight'	0.00%	0.00%
Juros e taxas derivados de empréstimos	1,57%	1.28%
Outros juros recebidos	0.21%	0.21%
Outros rendimentos operacionais	2.14%	2.84%

Fonte: BCTL

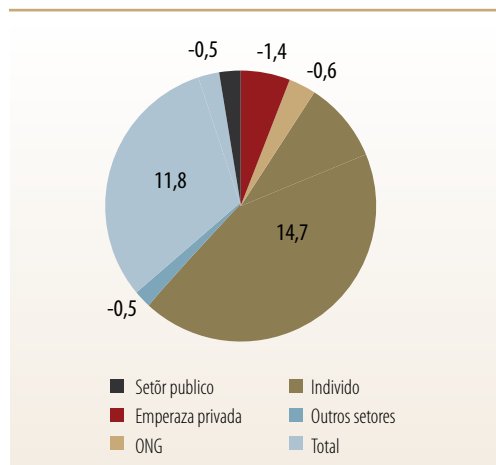
O rendimento relativamente aos activos envolvidos (o *ROA, ou Return On Assets*) foi de 0.7% em 2015, depois de ter sido de 1,2% em 2014. A diminuição do RoA fica a dever-se ao aumento do valor dos activos bancários, sem um equivalente aumento dos rendimentos, que de facto desceram ligeiramente face a 2014. A diminuição do RoA decorre, assim, redução das taxas de juro e do rendimento das comissões em 2015, quando considerados em percentagem dos activos bancários. Os bancos continuam a manter rácios de liquidez superiores aos que são exigidos pelo Banco Central.

O aumento dos activos resultou na diminuição do RoA de 1.2% para 0.7% em 2015.

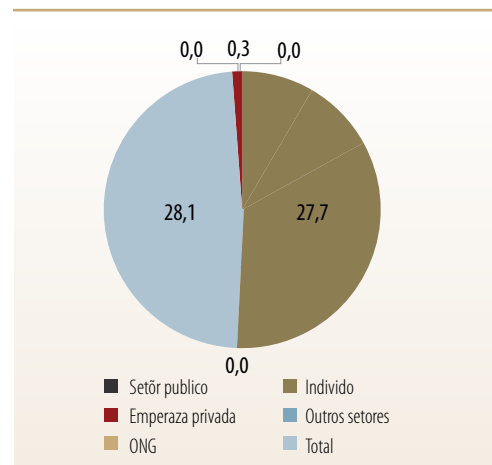
BCTL concedeu nove (9) licenças para os operadores de transferência de dinheiro (MTO) no ano passado. O gráfico seguinte indica as actividades dos respectivos operadores de transferência de dinheiro e os seus contributos. O total da transferência para exterior durante o ano de 2015 atingiu 89.5 milhões de dólares, enquanto as transferências provenientes do exterior regista um montante de 34.2 milhões de dólares, ambos cresceram cerca de 11.8% e 28.1% respectivamente face 2014. Nota-se de que o setor indivíduo, as transferências pessoais, ocupam maior contributo no crescimento dos ambos transferência para o exterior assim como proveniente do exterior. Enquanto, em relação a transferência por destinação, as entradas de transferência na maior parte foram proveniente da Europa, regista uma contribuição cerca de 28.4% ao crescimento em 2015. As saídas, na maior parte, foram para Ásia Pacífico (11.3%), especialmente a Indonésia (contribuiu 14.9%), representa um peso de 68.8% do total da transferência em 2015. Portanto as entradas das transferências da origem Europeia devem ser relacionada com as remessas de emigrantes dos Timorenses na Europa, enquanto as saídas devem relacionada com as remessas dos trabalhadores Indonésios.

Taxa de crescimento das transferências e os contributos em pontos percentuais.

► Transferência para o exterior (%)



► Transferência proveniente do exterior (%)



Conclusões

As contas nacionais de 2013 publicadas pela DNE apuraram uma taxa de crescimento do PIB não petrolífero, de 2,8% em 2013. As estimativas do Governo, publicadas no Livro 1 da proposta de OGE para 2016, são de um crescimento de 6% em 2014 e 4,1% em 2015. As estimativas do BCTL, obtidas com base no indicador de actividade económica do BCTL, encontram-se em linha com os valores preliminares inscritos no OGE de 2016, salientando-se a recuperação da economia em 2014, depois do forte abrandamento em 2013 e um novo abrandamento do crescimento em 2015, embora de menor intensidade, quando comparado com 2013.

A taxa média de inflação em 2015 foi de 0.4%, o que representa uma ligeira redução face ao valor de 2014, de 0.5%. De acordo com os modelos do BCTL, a descida substancial da inflação desde o final de 2013 ficou a dever-se, maioritariamente, à redução significativa das pressões externas sobre a inflação, em resultado da apreciação do dólar face as moedas dos nossos parceiros comerciais e da descida dos preços internacionais das commodities. A continuação de baixas taxas de inflação externas em 2015, em conjunto com o referido abrandamento da economia doméstica em 2015, face ao crescimento robusto de 2014, explicaram a manutenção de uma taxa média de inflação historicamente baixa e são inteiramente justificativas do apuramento de taxas de inflação homólogas negativas, no último trimestre de 2015.

O nosso país continua a apresentar um saldo deficitário da balança de pagamentos, quando se excluem os rendimentos do Fundo Petrolífero e as receitas da exploração do petróleo e gás natural, devido ao enorme défice da balança comercial. Todavia, em termos globais, quando se incluem aqueles rendimentos e receitas, o saldo externo é claramente superavitário, enquanto diminuiu em 2015 por diminuição das receitas petrolífero. A nossa economia continuou a registar um enorme défice comercial de bens em 2015, devido à manutenção de uma elevada dependência das importações, cujos valores globais continuaram a aumentar em 2015. A exportação de mercadorias cresceu 11% no ano, mas continua a ser baixa, representando menos de 10% do comércio total.

Em termos orçamentais, o total da despesa pública efectiva em 2015 atingiu 1278 milhões de dólares, face aos 1368 milhões gastos em 2014. Esta diminuição decorreu fundamentalmente de uma redução das taxas de execução do orçamento, 85.4% face aos 91.2% (real) em 2014. Em termos de receitas públicas, continuou a registar-se um favorável aumento das receitas domésticas não petrolíferas para 187.9 milhões de dólares, que, ainda assim, apenas cobriram 14.7% dos gastos do Estado, cujo financiamento continua a ser maioritariamente pelos rendimentos do Fundo do Petróleo e receitas petrolíferas.

Em termos dos agregados monetários, a quantidade de moeda em circulação continuou a aumentar em 2015, continuando a tendência crescente da última década, em linha com a expansão da economia doméstica. O sistema bancário continua a apresentar uma posição de liquidez extremamente superavitária, visto que a respectiva carteira de crédito constitui uma parcela minoritária do conjunto dos activos bancários disponíveis, que são maioritariamente aplicados em depósitos em bancos estrangeiros.

O sistema bancário em Timor-Leste manteve-se estável e sólido, durante o período, continuando a apresentar níveis de rentabilidade robustos, níveis de cobertura adequados para os riscos de crédito e um excesso de liquidez substancial para o sistema como um todo.